



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXV — Nº 79

QUARTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 1990

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	3285
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	3301
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	3305
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	3319
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	3350
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	3354

Supremo Tribunal Federal

Presidência

PORTARIA DE 06 DE ABRIL DE 1990

O MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 36, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA, E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO Nº 04.360/90,

R E S O L V E conceder aposentadoria, nos termos do artigo 176, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação que lhe deu a Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, combinado com o artigo 40, item III, alínea a, da Constituição Federal, à funcionária RENY SILVEIRA DE FARIA, Técnico Judiciário, Classe Especial, Código STF-AJ-021, Referência NS-25, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, observados o artigo 2º § 3º da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, o § 2º, do artigo 3º, do Decreto-lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 2.270, de 13 de março de 1985, alterado pelo artigo 10, do Decreto-lei nº 2.365, de 27 de outubro de 1987, modificado pela Lei nº 7.706, de 21 de dezembro de 1988 e o artigo 2º da Lei nº 7.753, de 14 de abril de 1989.

MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA
Presidente

DISTRIBUIÇÃO

TRIGÉSIMA SÉTIMA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1990
(Regimento Interno, art. 66)

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Néri da Silveira. Secretário, Alberto Veronese Aguiar, Diretor do Departamento Judiciário. Porteiro, o Sr. Manoel Barbosa da Costa, Auxiliar Especializado.

Foram distribuídos os seguintes processos:

PPEXtr 75-8 - Estados Unidos da América
Relator Ministro Octavio Gallotti

Reqte.: Governo dos Estados Unidos da América. Reqdo.: Reuvan Tenamee

MS 21.100-8 - AM

Relator Ministro Célio Borja

Impte.: Jorge Nova da Costa, na qualidade de Governador do Estado do Amapá (Adv.: Luis Carlos Valle Nogueira) Autoridade coatora: Presidente da República

Min. Octavio Gallotti 01
Min. Célio Borja 01
T O T A L 02

Brasília, 19 de abril de 1990.

ALBERTO VERONESE AGUIAR
Diretor do Departamento Judiciário

DISTRIBUIÇÃO

TRIGÉSIMA OITAVA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1990
(Regimento Interno, art. 66)

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Paulo Brossard, na ausência, justificada do Exmo. Sr. Ministro-Presidente e no impedimento do Exmo. Sr. Ministro Vice-Presidente (Art. 37, I RISTF). Secretário, Alberto Veronese Aguiar, Diretor do Departamento Judiciário. Porteiro, o Sr. Júlio César Carreiro dos Santos, Auxiliar Especializado.

Foi distribuído o seguinte processo:

RE 121.838-0 - PA - (Acórdão nº 12.865/87/TJ)
Relator Ministro Aldir Passarinho

Recte.: Ministério Público Estadual. Recdos.: Ana Maria França Barros do Carmo e outros (Advs.: Ademar Kato e outro)

Min. Aldir Passarinho 01

T O T A L 01

Brasília, 19 de abril de 1990.

ALBERTO VERONESE AGUIAR
Diretor do Departamento Judiciário

DISTRIBUIÇÃO

TRIGÉSIMA NONA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1990
(Regimento Interno, art. 66)

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Aldir Passarinho. Vice-Presidente, na ausência justificada do Exmo. Sr. Ministro-Presidente. Secretário, Alberto Veronese Aguiar, Diretor do Departamento Judiciário. Porteiro, o Sr. Vilmar Amaral da Silva, Auxiliar Especializado.

Foram distribuídos os seguintes processos:

MI 241-0 - DF

Relator Ministro Moreira Alves

Reqte.: Josué Guedes (Adv.: Joaquim José da Costa) Reqdo.: Presidente da República

ADIN 264-3 - DF

Relator Ministro Celso de Mello

Reqte.: Associação Nacional dos Representantes Comerciais do Brasil - ANARE (Adv.: Aref Assrey Junior) Reqdo.: Coordenador do Sistema de Tributação da Secretaria da Receita Federal

ACOR 412-8 - SP

Relator Ministro Paulo Brossard

Autor: Estado de São Paulo (Adv.: Miguel Francisco Urbano Nagib) Ré: União Federal.

MS 21.101-6 - DF

Relator Ministro Celso de Mello

Impte.: Francisco Eugênio Machado Arcaño (Adv.: Rômulo Gonçalves Júnior) Autoridades coadoras: Presidente da República e Ministro da Justiça

MS 21.102-4 - DF

Relator Ministro Sepúlveda Pertence

Impte.: José Rubens Pillar (Adv.: Oscar Luis de Moraes) Autoridade coatora: Mesa do Senado Federal. Litisconsorte passivo: Alberto Hof - fman

HC 67.765-7 - SP

Relator Ministro Célio Borja

Pacte.: José Eduardo Mario. Impte.: O mesmo. Coator: Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo

HC 67.839-4 - PA

Relator Ministro Sepúlveda Pertence

Pacte.: Gerson dos Santos Peres. Impte.: Rafael Eugênio de Azeredo Coutinho e outros. Coator: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará

HC 67.946-3 - SP

Relator Ministro Celso de Mello

Pacte.: Adilson Cândido da Rocha. Impte.: O mesmo. Coator: Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo

HC 67.955-2 - RJ

Relator Ministro Celso de Mello

Pacte.: Aluizio Damaso Ribeiro Bastos. Impte.: Rovane Tavares Guimarães. Coator: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

HC 67.973-1 - RJ

Relator Ministro Paulo Brossard

Pacte.: Edna Rosa Pereira. Imptes.: Adalberto Dias Pinheiro e outros. Coator: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

HC 68.049-6 - PE

Relator Ministro Octavio Gallotti

Pacte.: Carlos Alberto Santiago de Oliveira. Impte.: Bôris Trindade. Coator: Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

HC 68.050-0 - PA

Relator Ministro Célio Borja

Pacte.: Luiz Carlos Brandão. Impte.: O mesmo. Coator: Juiz de direito da Comarca de Belém

HC 68.052-6 - SP

Relator Ministro Moreira Alves

Pacte.: Luiz Ricardo Carnazza. Impte.: O mesmo. Coator: Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo

HC 68.053-4 - SP

Relator Ministro Moreira Alves

Pacte.: Luiz Ricardo Carnazza. Impte.: O mesmo. Coator: Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo

HC 68.054-2 - SP

Relator Ministro Sepúlveda Pertence

Pacte.: Antonio de Oliveira. Impte.: Delurdes Freitas Pazinato. Coator: Juiz de direito da Vara das Execuções Criminais de São Paulo

HC 68.055-1 - RJ

Relator Ministro Sydney Sanches

Pacte.: Carlos Almeida Batista. Impte.: João Familiar Filho. Coator: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

HC 68.056-9 - SP

Relator Ministro Célio Borja

Pacte.: Flávio Toniolo de Carvalho. Impte.: Pedro Paulo dos Santos Azevedo. Coator: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Arv 24.742-9 - DF - (AMS 118.260/TRF)

Relator Ministro Celso de Mello

Argte.: Caixa Econômica Federal - CEF (Adv.: Ícaro Braille França e outros) Argdo.: Shinichi Ishikawa e sua mulher (Adv.: Sérgio Ezequiel de Oliveira e outro)

Arv 24.743-7 - DF - (AMS 118.260/TRF)

Relator Ministro Celso de Mello

Argte.: União Federal. Argdo.: Shinichi Ishikawa e sua mulher (Adv.: Sérgio Ezequiel de Oliveira e outro)

Arv 24.759-3 - CE - (AC 109.025/TRF)

Relator Ministro Paulo Brossard

Argte.: Caixa Econômica Federal - CEF (Adv.: João Menezes Sobrinho) Argdo.: Deodato José Ramalho Júnior e outros (Adv.: Sílvio de Albuquerque que Júnior e outros)

Arv 24.760-7 - CE - (AC 109.025/TRF)

Relator Ministro Paulo Brossard

Argte.: União Federal. Argdo.: Deodato José Ramalho Júnior e outros (Adv.: Sílvio de Albuquerque Mota e outro)

Arv 24.761-5 - PB - (AC 105.502/TRF)

Relator Ministro Moreira Alves

Argte.: União Federal. Argdo.: Antônio Souto Coutinho e outros (Adv.: Fernando Eneas de Souza)

Arv 24.803-4 - RS - (AMS 120.898/TRF)

Relator Ministro Sepúlveda Pertence

Argte.: Caixa Econômica Federal - CEF - (Ícaro Braille França e outros) Argdo.: Luiz Carlos Santos Daudt e sua mulher (Adv.: Denise Maria de Barros)

Arv 24.804-2 - RS - (AMS 120.898/TRF)

Relator Ministro Sepúlveda Pertence

Argte.: União Federal. Argdo.: Luiz Carlos Santos Daudt e sua mulher (Adv.: Denise Maria de Barros)

Arv 24.805-1 - DF - (AMS 107.051/TRF)

Relator Ministro Paulo Brossard

Argte.: Caixa Econômica Federal - CEF (Adv.: João Menezes Sobrinho) Argdo.: Afreimar Moraes de Queiroz, sua mulher e outros (Adv.: Manoel Firmino de Araújo)

Arv 24.806-9 - DF - (AMS 107.051/TRF)

Relator Ministro Paulo Brossard

Argte.: União Federal. Argdo.: Afreimar Moraes de Queiroz, sua mulher e outros (Adv.: Manoel Firmino de Araújo e outros)

Arv 24.807-7 - PE - (AMS 105.971/TRF)

Relator Ministro Moreira Alves

Argte.: Caixa Econômica Federal - CEF (Adv.: Ícaro Braille França) Argdos.: Lyrio Malta de Almeida Filho e outros (Adv.: João Humberto Martorelli e outros)

Arv 24.808-5 - PE - (AMS 105.971/TRF)

Relator Ministro Moreira Alves

Argte.: União Federal. Argdos.: Lyrio Malta de Almeida Filho e outros (Adv.: João Menezes Martorelli e outros)

Arv 24.809-3 - PB - (AC 116.848/TRF)

Relator Ministro Sepúlveda Pertence

Argte.: União Federal. Argdos.: Ana Maria Cavalcante Lopes e seu marido (Adv.: Geraldo de Almeida Sá)

Arv 24.810-7 - PB - (AC 116.848/TRF)

Relator Ministro Sepúlveda Pertence

Argte.: Caixa Econômica Federal - CEF (Adv.: João Menezes Sobrinho) Argdo.: Ana Maria Cavalcante Lopes e seu marido (Adv.: Geraldo de Almeida Sá)

Arv 24.811-5 - BA - (AC 105.663/TRF)

Relator Ministro Celso de Mello

Argte.: União Federal. Argdos.: Elizabete Maria de Paula Passos e outros (Adv.: Ivanna Denijke Feldmann e outros)

Arv 24.814-0 - MG - (AC 109.903/TRF)

Relator Ministro Sepúlveda Pertence

Argte.: Caixa Econômica Federal - CEF (Adv.: João Menezes Sobrinho) Argdos.: Celso Romeu Diniz e outro (Adv.: José Pereira de Melo)

Arv 24.815-8 - RS - (AMS 110.334/TRF)

Relator Ministro Célio Borja

Argte.: União Federal. Argdos.: Jorge Luiz Uminski e outros (Adv.: Dalci Domingos Pagnussatt e outros)

Arv 24.818-2 - BA - (AC 111.197/TRF)

Relator Ministro Paulo Brossard

Argte.: Caixa Econômica Federal - CEF (Adv.: João Menezes Sobrinho) Argdos.: Ademario Figueiredo Neiva e outros (Adv.: Marielza Brandão Franco)

Arv 24.819-1 - BA - (AC 111.197/TRF)

Relator Ministro Paulo Brossard

Argte.: União Federal. Argdos.: Ademario Figueiredo Neiva e outros (Adv.: Marielza Brandão Franco)

Arv 24.830-1 - RS - (AMS 132.-86/TRF)

Relator Ministro Celso de Mello

Argte.: União Federal. Argdo.: José Borges Barbosa Sobrinho e sua mulher (Adv.: Sílvio Sebalhos Silva)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF

Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR

CGC/MF n° 00394494/0016-12

CEZAR BADO

Diretor-Geral

MARIA LUZIA DE MELO

Diretora de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

Jornalistas Responsáveis:

José Edmar Gomes
Miguel Felix dos AnjosIsabel Cristina Orrú de Azevedo
Jorge Luiz Alencar Guerra

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias (térreo). Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Diário Oficial

Diário da Justiça

Preços

Seção I

Seção II

Seção I

Seção II

Assinatura trimestral Cr\$ 1.547,00 Cr\$ 405,00 Cr\$ 1.517,00 Cr\$ 1.247,00

Portes:

Brasil (superfície) Cr\$ 534,60 Cr\$ 267,96 Cr\$ 977,46 Cr\$ 534,60

Brasil (aéreo) Cr\$ 2.138,40 Cr\$ 1.072,50 Cr\$ 3.910,50 Cr\$ 2.138,40

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)

Telefone: (061) 321-5566 - R. 309/305 ou (061) 226-2586

Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

em entidade de classe - a Associação dos Comissários da VASP - na qualidade de Vice-Presidente". Quanto aos honorários advocatícios entendeu-os devidos porque a autora estava assistida pelo seu Sindicato de classe (fls. 198-9).

Insurge-se via Recurso de Revista, a reclamada, alegando, em síntese, que a associação na qual o autor é vice-presidente não é aquela tratada no § 3º do art. 543, da CLT e, portanto, não é autorizadora de estabilidade. Aduz, ainda, que os honorários advocatícios foram deferidos sem atender a todos os requisitos do Enunciado 219 do TST. Aponta violação da Lei nº 5584/70 e traz arestos à divergência. (fls. 208-8)

Entretanto, o apelo não reúne condições de prosseguimento. Senão vejamos:

Em primeiro lugar, no tocante a estabilidade, os julgados trazidos à colação deservem ao fim colimado, pois enfrentam apenas um dos fundamentos expendidos pelo Tribunal a quo, não atacando a questão do tempo de serviço prestado a empresa - 11 anos - pelo autor. Pertine à espécie o verbete nº 23 da Súmula do TST.

Em segundo lugar, não há como afirmarmos que o Enunciado nº 219 foi desatendido, uma vez que o Regional, em momento algum, expôs tese acerca dos requisitos deste verbete. Assim, inviável se torna verificarmos as alegações da recorrente por falta de prequestionamento, o que atrai a incidência do Enunciado 297 do TST.

Por fim, a violação da Lei 5584/70 não restou demonstrada, dada a interpretação Regional (Enunciado 221/TST).

Sendo assim, nego prosseguimento ao recurso de Revista com base no § 5º do art. 896 consolidado e no art. 9º da Lei 5584/70.

Publique-se.

Brasília, 06 de abril de 1990.

MINISTRO ANTONIO AMARAL
Relator

Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho

RECLAMAÇÃO CORREICIONAL - TST-RC-2408/90.9

Requerente: COMPANHIA FERRO & AÇO DE VITÓRIA - COFAVI

Advogado: Dr. Agostinho Manuel Coelho Garcia

Requerido: PRESIDENTE DO SEGUNDO GRUPO DE TURMAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO

Vistos, etc.

1. RELATÓRIO:

Revelam estes autos que, mediante a apreciação de agravo regimental, ocorreu a cassação de liminar concedida pelo relator do mandado de segurança nº MS-282/89 - Juiz VICENTE CARLOS FUSCALDO. Aos autos vieram as peças pertinentes, sendo que o ilustre Juiz Presidente do Segundo Grupo de Turmas prestou os esclarecimentos de folhas 48 a 49, acompanhados da certidão de julgamento do agravo regimental e do Acórdão respectivo.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

Verifica-se que a presente medida correicional ataca decisão mediante a qual o Segundo Grupo de Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, conhecendo e provendo o agravo regimental interposto pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (SIN DIMETAL), afastou do mundo jurídico liminar concedida pelo Juiz VICENTE CARLOS FUSCALDO, relator do mandado de segurança impetrado pela ora Requerente, no sentido de suspender os efeitos da liminar concedida pelo Juiz Presidente da MM. Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória-ES, nos autos da reclamação trabalhista nº 842/89.

Em primeiro lugar é preciso explicitar a natureza jurídica do ato concessivo, ou não, de liminar em mandado de segurança. O artigo 7º da Lei 1.533, de 31 de dezembro de 1951, preceitua que o Juiz ordenará que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficiência da medida de segurança caso deferida.

De decisão terminativa não se trata, posto que, deferida ou indeferida a liminar, o processo não se extingue, prosseguindo a marcha em direção ao desfecho final. A ausência de extinção e a observância, a seguir, do itinerário procedimental informam que não se trata de decisão definitiva. Esta apenas é passível de prolação pelo Colegiado competente, no caso da Justiça do Trabalho, o Tribunal Regional ou o Tribunal Superior, definição que ocorre diante da origem do ato - artigo 21, inciso VI, da Lei Complementar 35, de 14 de março de 1979.

Por outro lado, ao praticar o ato o magistrado nada decide em torno de questão relativa à regularidade processual. Simplesmente perquire se estão presentes os predicados idôneos à concessão, ou seja, analisa concurso dos pressupostos legais. Portanto não se trata, também, de decisão interlocutória.

Com isto, outro enquadramento não se tem senão o que pertine ao simples despacho. Aliás, a própria Lei, ao disciplinar a matéria, revela que a apreciação ocorre quando do lançamento do despacho pelo qual é determinada a notificação da autoridade apontada como coatora - artigo 7º, inciso II, da Lei 1.533 de 1951.

O Código de Processo Civil preceitua que "dos despachos de mero expediente não cabe recurso" - artigo 504. No sistema de pesos e contrapesos, a parte interessada em impugná-los deve aguardar a oportunidade própria, ou seja, aquela que surgirá com a decisão terminativa do feito ou a definitiva que lhe seja desfavorável. Os despachos meramente preparatórios de uma futura sentença não são, assim, objeto de impugnação direta e isolada.

No caso da liminar concedida em mandado de segurança, o enquadramento não é diverso, valendo notar que idêntico raciocínio pertine quando ocorre o indeferimento, já que impossível é a adoção do condenável critério de dois pesos e duas medidas. As partes cabe aguardar o pronunciamento do órgão competente para julgar a lide constitucionnal, não se lhes proporcionando a ordem jurídica impugnada prévia.

A melhor doutrina aponta que a concessão, ou não, da medida liminar ocorre mediante exame pelo relator que, assim, procede à livre discricção. Esta circunstância, a revelar mero juízo de valor, afasta a possibilidade de cogitar-se da subversão da boa ordem processual:

"... negada a liminar, esse despacho é irrecorrível, se concedida, poderá ser cassada a qualquer tempo, pelo presidente do Tribunal competente para o recurso desde que solicitada pela entidade interessada e ocorram os pressupostos legais" (grifos nossos) - HELY LOPES MEIRELLES, em "Mandado de Segurança e Ação Popular", 10ª edição, folha 50. Mais incisivo é OTHON SIDOU:

"... a liminar é medida administrativa do juízo, não se condiciona a requerimento da parte e só é tomada no exclusivo intuito de garantir a inteireza da sentença."

E acrescenta ainda:

"Por tais motivos, o juiz, no exercício de seu officium iudicis, pode conceder a medida liminar em qualquer tempo ou revogá-la a qualquer tempo, sempre inspirado naquele intuito cardeal de assegurar materialmente a sentença a ser editada. E por tais motivos ela não é recorrível."

O aludido autor cita o direito comparado, fazendo alusão ao Código de Processo Civil Português que, mediante o artigo 679, dispõe que "não admitem recurso os despachos de mero expediente nem os proferidos no uso legal de um poder discricionário", e a ordem de suspensão ou não do ato o é, conforme consignado acima.

No arremate final é categórico:

"Do exposto observa-se que se a medida liminar em mandado de segurança não é sentença, terminativa ou definitiva, cujo recurso seria a apelação e se não é decisão interlocutória, por que não decide questão controversa relativa à regularidade ou à marcha do processo, e cujo recurso seria o agravo de instrumento, então, por princípio excludente, é despacho de mero expediente a que se reserva o artigo 504 para inadmitir o recurso". ("Habeas Corpus, Mandado de Segurança e Ação Popular - As Garantias Ativas dos Direitos Coletivos", 2ª edição, Forense, Rio de Janeiro, páginas 255/258).

Outro não é o posicionamento de SÉRGIO SAHIONE FADEL, lançado em "Teoria e Prática do Mandado de Segurança", segunda edição, Editora José Konfino, Rio de Janeiro, 1976, à página 118:

"A medida liminar é, do ponto de vista jurídico, um despacho irrecorrível. As leis que regulam o mandado de segurança não prevêm a sua reforma por meio de recursos normais" (grifos nossos).

Também o saudoso mestre COQUEIJO COSTA teve oportunidade de pronunciar-se sobre o tema, consignando que:

"Há uma certa semelhança do despacho concedendo a liminar com o do juízo de admissibilidade, no despacho positivo do recurso de matéria extraordinária, que a este admite.

Ambos são declaratórios, não de mérito, iniciam-se na instância de origem, não delimitam nem vinculam o ad quem, têm mera função de exame preliminar e provisório de admissibilidade, são uma espécie de apreciação administrativa de cabimento, não são decisões completas, não têm força preclusiva de coisa julgada formal, não constituem grau de jurisdição, não ensejam embargos declaratórios e são interlocutórias irrecorríveis". ("Mandado de Segurança e Controle de Constitucionalidade", 2ª edição, LTr., 1982, página 98).

A jurisprudência também já se posicionou no sentido da irrecorribilidade do ato concessivo da liminar.

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho já enfrentou a matéria, concluindo que:

"Não se conhece, por incabível, de agravo regimental interposto contra despacho que concede medida liminar em mandado de segurança". (AG-MS-03/81, Ac. TP-2108/81, Relator Ministro FERNANDO FRANCO, publicado no Diário da Justiça de 16 de outubro de 1981).

Até mesmo a Seção Especializada em Dissídios Individuais desta Corte já se manifestou pela irrecorribilidade das liminares em mandado de segurança - Precedentes: AG-RC-28/89, Ac. SDI-2917/89, julgado em 27 de outubro de 1989 e AG-RC-15/89, Ac. SDI-2812/89, publicado no Diário da Justiça de 1º de dezembro de 1989.

No mesmo diapasão temos julgados do antigo Tribunal Federal de Recursos:

"Mandado de Segurança contra ato judicial concessivo de medida liminar em mandado de segurança impetrado em primeira instância. O despacho que concede ou nega medida liminar é despacho de mero expediente, irrecorrível portanto (artigo 504 do Código de Processo Civil). E na sua projeção não há qualquer direito subjetivo a resguardar, muito menos líquido e certo. Requerida a segurança, o juiz singular convencido da relevância da impetração concedeu a liminar, mas fê-lo nos termos que, a seu exclusivo critério, lhe pareceram mais adequados, agindo dentro dos exatos limites da discricionariedade que a lei lhe concede". (MS nº 0119663, Ac. 2ª Turma, Relator Ministro MIGUEL FERRANTE, publicado no Diário da Justiça de 11 de fevereiro de 1988).

"O despacho que nega ou concede a liminar é despacho de mero expediente e, via de consequência, irrecorrível - CPC, artigo 504". (AG-0048268, Ac. 6ª Turma, Relator Ministro MIGUEL FERRANTE, publicado no Diário da Justiça de 05 de novembro de 1987).

Também o Supremo Tribunal Federal a quem, no dizer de CELSO NEVES, cabe a última palavra sobre o jus legum, o que se dirá quando o tema tem implicações constitucionais, comunga com a irrecorribilidade da liminar:

"Mandado de Segurança. Medida Liminar. Incabível agravo regimental do despacho do relator que a defere ou denega. Recurso extraordinário indeferido e agravo não provido". (AG-03815, Ac. 1ª Turma, Relator Ministro EVANDRO LINS, RTJ nº 39, página 632).

Isto posto, tenho que a concessão, ou não, da liminar no mandado de segurança circunscreve-se à discricção do Juiz relator, não sendo o despacho proferido impugnável mediante recurso ou sucedâneo deste. Dá-se mero juízo de valor, em despacho, ficando afastada a recorribilidade.

3. CONCLUSÃO:

Julgo procedente a presente reclamação correicional, declarando a inadmissibilidade do agravo regimental interposto e, com isto, restabeleço, por via de consequência, a liminar concedida pelo Juiz VICENTE CARLOS FUSCALDO nos autos do processo nº TRT-MS-282/89.

Comunique-se, por ofício, o inteiro teor desta decisão à Requerente, ao Juiz-Presidente do Segundo Grupo de Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região e ao Autor da reclamação trabalhista nº 842/89.

Publique-se.

Brasília, 07 de abril de 1990.

MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO
Corregedor-Geral

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

TST-PP-3984/90.7

Requerente: FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Assunto : PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE SANAR DÚVIDAS QUANTO A APLICAÇÃO DO INCISO XXIX DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Vistos, etc...

A FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS pleiteia pronunciamento desta Corregedoria sobre a necessidade, ou não, de serem editadas normas específicas versando sobre a prestação de contas, pelos empregadores rurais, relativas às obrigações trabalhistas, isto para efeito do disposto nos artigos 7º, inciso XXIX, 233 e 10, § 3º da Constituição Federal - os primeiros das Disposições Permanentes e o último das Transitórias. Ressalta que dúvidas têm surgido nas Juntas de Conciliação e Julgamento e perante Juízes de Direito investidos da jurisdição trabalhista, objetivando a comprovação do pagamento das verbas.

A atuação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho circunscreve-se à atividade desenvolvida pelos Regionais. Assim, considerada a representação exercida pela entidade de classe suplicante, a matéria circunscreve-se à órbita de atuação do Corregedor Regional vinculado ao Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região.

Remeta-se o processo à referida Corte, comunicando-se o fato à FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 1990.

MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO
Corregedor-Geral

PROCESSO Nº TST-RC-3461/90.4

Requerentes: PHILOMENA CORNÍ E OUTROS.

Advogado : Márcio Augusto Vianna Marques.

Requerida : EXMA. SRA. JUÍZA ANA ACKER, DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO.

D E S P A C H O

1. Diante da notícia em torno da devolução do processo e inclusão na primeira pauta do Órgão julgador, tenho a presente reclamação correicional por prejudicada.

2. Publique-se.

3. Decorridos oito dias da publicação, archive-se.

Brasília, 22 de abril de 1990.

MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO
Corregedor-Geral

Superior Tribunal Militar

Presidência

ATOS DE 23 DE ABRIL DE 1990

O ALMIRANTE-DE-ESQUADRA RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXI, do Regimento Interno, e tendo em vista a indicação contida no Ofício nº 259, de 10 Abr 90, resolve

Nº 8.919 - NOMEAR a Técnica Judiciária, classe Especial, referência NS.25, MARIA DE LOURDES CRUZ MACEDO, para exercer, em vaga decorrente da aposentadoria de Edmundo Garcia de Freitas, o cargo de provimento em comissão de Diretor de Secretaria da Auditoria da 9ª CJM, código STM-DAS-101.5, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, previsto na Lei nº 6.889, de 11.12.80. Em consequência, fica DISPENSADA do encargo de Supervisor III que exerce no aludido Juízo.

Nº 8.920 - DESIGNAR a Auxiliar Judiciária, classe Especial, referência NI.35, ELINA AKEMI TAIRA VAZ, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, para exercer o encargo de Supervisor III, da Seção de Administração da Auditoria da 9ª CJM, previsto no Ato nº 7.990, de 10 Dez 87. Em consequência, fica DISPENSADA do encargo de Operador de Terminal que exerce no aludido Juízo.

O ALMIRANTE-DE-ESQUADRA RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXI, do Regimento Interno, e tendo em vista a solicitação contida no Memº nº 094/DIFIN-GD, de 18 Abr 90, resolve

Nº 8.921 - DISPENSAR, a partir de 18 Abr 90, a Auxiliar Judiciária, classe Especial, referência NI.35, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, JOSEMAR GUIMARÃES NUNES, do encargo de Operador de Terminal da Diretoria de Finanças.

Nº 8.922 - DESIGNAR a Técnica Judiciária, classe Especial, referência NS.25, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, CLARICE CANDIDA DE OLIVEIRA E SILVA, para exercer, em vaga decorrente da dispensa de Josemar Guimarães Nunes, o encargo de Operador de Terminal da Diretoria de Finanças, previsto no Ato nº 7.990/87.

ALTE ESQ RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO

Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 259-1/RJ

Recorrente: ANA MARIA DE MOURA GOMES WEBER, civil

Recorrida : A JUSTIÇA MILITAR FEDERAL

Advogada : Drª Beatriz Regina de Moura Gomes

D E S P A C H O

A advogada Beatriz Regina de Moura Gomes, interpôs recurso extraordinário da decisão desta Corte que denegou Ordem de Habeas Corpus impetrada em favor de Ana Maria de Moura Gomes Weber, civil.

Aduz, a recorrente, em síntese, o seguinte:

"MM. MINISTRO PRESIDENTE, inconformada a RECORRENTE com o acórdão prolatado no julgamento do HABEAS CORPUS Nº 32.609-0 (RJ), vem, mui respeitosamente interpor RECURSO EXTRAORDINÁRIO para o EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL cujas razões estão anexas, a fim de que possa exercer o direito que lhe confere os artigos 570, 571 e 572 do Código de Processo Penal Militar e artigo 147 do REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.

Por outro lado a RECORRENTE, se preciso for apresentará complementação as razões ora anexas, a teor do insculpido no artigo 575 do Código de Processo Penal Militar, bem como indicar peças a serem trasladadas de conformidade com o parágrafo único do referido diploma legal citado no presente parágrafo, requerendo ademais que V.Exa., determine a aposição do CONFERE COM O ORIGINAL das peças anexas ao presente, tudo na melhor forma de direito.

Assim sendo MM. MINISTRO RELATOR (GENERAL DE EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA - DD. RELATOR DO HABEAS-CORPUS nº 32.609-0), face ao exposto e de conformidade com os diplomas legais citados, os elementos constitutivos dos autos, os decisórios transcritos, espera a RECORRENTE seja recebido o presente recurso e depois de processado o mesmo, seja encaminhado ao Tribunal ad quem, in casu o EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, bem como seja acolhida a PRELIMINAR arguida para que os autos originais do processo sejam encaminhados juntamente com o recurso a aquele Tribunal ad quem, para melhor orientação da espécie, na melhor forma de direito, tudo de conformidade com os parâmetros da fundamentação do presente recurso, por ser isto um ato de inteira e sã

Nas razões de recorrer não há nenhuma alusão ao fato de haver o Superior Tribunal Militar contrariado dispositivo da Constituição Federal, declarado a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal ou julgado válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição (fls. 4 a 8).

Instruem o recurso os documentos de fls. 9 a 24.

Oficiando nos autos, a d. Procuradoria Geral da Justiça Militar, opina no sentido de ser acolhido e provido o presente Recurso Extraordinário (fls. 27 a 32).

É o Relatório

Decido:

Inexiste recurso extraordinário em sede de Habeas Corpus, como se depreende das disposições Constitucionais, in verbis:

"Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal precipua mente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - julgar, em recurso ordinário:

a) o habeas-corpus, o mandado de segurança, o habeas-dati e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;

b) julgar, em recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição."

Ademais o Art. 570 do Código de Processo Penal Militar, invocado pela recorrente, estabelece, in verbis:

"Art. 570. Caberá recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal das decisões proferidas em última ou única instância pelo Superior Tribunal Militar, nos casos previstos na Constituição."

In casu, o recurso cabível seria o ordinário, consoante se constata do texto constitucional o que poderia, em princípio, permitir o recebimento da presente súplica, pela regra da fungibilidade. Entretanto, o prazo para recorrer ordinariamente é de cinco dias e exauriu no dia 02 de abril de 1990, posto que a recorrente fora intimada da decisão denegatória do writ em 27 de março de 1990 e somente em 05 de abril de 1990, interpôs o presente recurso.

Sobre a espécie, assim dispõe o Art. 568 do CPPM, ver-

bis: "Art. 568. O Recurso da decisão denegatória de "habeas-corpus" é ordinário e deverá ser interposto nos próprios autos em que houver sido lançada a decisão recorrida."

O Regimento Interno do Supremo, estabelece, verbis:

"Art. 310. O recurso ordinário para o Tribunal, das decisões denegatórias de habeas corpus, será interposto no prazo de cinco dias, nos próprios autos em que se houver proferido a decisão recorrida, com as razões do pedido de reforma."

"Ex positis" inadmito o presente recurso extraordinário por incabível na espécie sub judice, deixando de recebê-lo como recurso ordinário, face à intempestividade.

Brasília, 19 de abril de 1990.

RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO

Almirante-de-Esquadra

Ministro-Presidente

Superior Tribunal Militar. "

APELAÇÃO Nº 45.700-3/DF

Apelante: WALTER REIS ALVES, Sd. PM/DF

Apelada: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 13.04.89.

Advogado: Dr. José Chagas Alves.

DESPACHO

"A

DIRETORIA JUDICIÁRIA

JOSÉ CHAGAS ALVES, Advogado regularmente constituído nos autos da APELAÇÃO Nº 45.700-3, em que é recorrente o Sd PM/DF WALTER REIS ALVES, consoante petição de fls. pleiteia a este Relator, a concessão de diligências, não levadas a efeito, em tempo hábil, pelo causídico que o antecedeu, tal como previsto nos Arts. 417 e 427 do CPPM.

Fá-lo, ainda, ante o fato de que, por orientação do Sr. En. carregado do IPM, a versão verdadeira dada pelo acusado e ora recorrente, fora modificada, assim como, das demais testemunhas arroladas.

Postula em face disso, pela elaboração de Perícia local do Evento, a fim de ser definida com exatidão, a distância entre a casa da vítima e a residência da testemunha de acusação; menor AFRÂNIO PEREIRA DE CASTRO e, ainda, pela oitiva de ser Encarregado do IPM, acerca da mudança da versão antes mencionada.

Já não bastasse temerária, a afirmativa contida no petitorio, encerra a quaestio, matéria intransponível, nessa quadra processual.

Abstraido esse fato, impende notar que, diferentemente do aduzido, o peticionário teve tempo suficiente para suscitar à autoridade judiciária, as irregularidades ora reclamadas, marcadamente, quando abriu-se-lhe vistas dos autos em 11/01/89, para Alegações Finais e, quando sabido o julgamento designado para 13/04/89.

Ante tais considerações, com fulcro no Art. 18, I, do Regimento Interno do STM, indefiro a pretensão defensiva, por falta de amparo legal.

Publique-se.

Registre-se e,

Venham-me conclusos.

Brasília, 20 de abril de 1990

MIN. GEN. EX. JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA

SEÇÃO DE ACÓRDÃO E JURISPRUDÊNCIA

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES E EMENTAS

APELAÇÃO

45.747-1 - RS - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar Jorge José de Carvalho. Rev. Min. Dr. Ruy de Lima Pessoa. Apte.: LAURO ROBERTO MIELCZARSKI, Soldado do Exército, condenado a oito meses de prisão, incurso no art. 187, do CPM, tendo fixada a pena-base em 16 meses e diminuída a mesma de 2 meses de acordo com a atenuante de ser o acusado menor de 21 anos. Apda.: A Sentença do Conselho de Justiça do 3º Batalhão de Engenharia de Combate, de 29/5/89. Adv. Dr. Walter Jobim Neto.

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo da Defesa para reduzir a pena imposta ao apelante a quatro meses de prisão. (Sessão de 20.02.90).

EMENTA: DESERÇÃO - Preliminar de nulidade levantada pela defesa por ilegitimidade de parte, tendo em vista que a ação penal pública é da competência privativa do Ministério Público. Preliminar que descabe ante o impositivo constitucional do art. 124 da Carta Magna. Inteligência ainda do art. 13, letra "c" do Decreto-Lei nº 1.003/69 e artigos 451 e 452 do diploma processual castrense. Delito formal plenamente configurado in casu. Apelante menor, primário, de bom comportamento, o que conduz a fixação da pena-base no mínimo legal. Apenamento a quo exacerbado. O Tribunal rejeitou a Preliminar de nulidade e, no mérito, deu provimento parcial ao apelo da defesa para reduzir a pena imposta ao Suplicante. Decisão unânime.

45.758-5 - AM - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar George Belham da Motta. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: JOÃO HENRIQUE DOS SANTOS SOBRINHO, civil, condenado a 02 anos de reclusão, incurso no art. 240, § 5º, do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, de 06/04/89. Adv. Drs. Marcos Antônio Martins Afonso e Benedito de Jesus Pereira Tavares.

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo da Defesa, concedendo ao apelante o benefício do "sursis", pelo prazo de dois anos. (Sessão de 06/03/90).

EMENTA: FURTO QUALIFICADO - Autoria confessada perante a autoridade policial civil e Encarregado do IPM, porém negada em Juízo. Prova testemunhal evidenciadora da autoria. Incomprovada a alegada coação e, contrariamente, extrai-se, dos autos, que a mesma não ocorreu. Juízo apenatório justo, deixando, tão-somente, de apreciar a possibilidade jurídica de concessão da suspensão condicional da execução da pena. Atendimento dos pressupostos objetivos para a concessão daquele benefício. Provido, em parte, o recurso da Defesa para, mantida a condenação, ser concedido o "sursis", pelo prazo de dois anos, nas condições impostas pelo Acórdão. Decisão unânime.

45.770-4 - BA - Rel. Min. Gen. Ex. Everaldo de Oliveira Reis. Rev. e Rel. p/acórdão: Min. Dr. Ruy de Lima Pessoa. Apte.: JOSIAS JORGE RIBEIRO COSTA, Cb Aer., condenado a 9 meses de detenção, incurso nos arts. 210 e 281, c/c os arts. 70, inciso II, alínea "1", e 79, tudo do CPM, com o direito de apelar em liberdade e com o benefício do "sursis" pelo prazo de 2 anos. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 6ª CJM, de 10.5.89. Adv. Drs. Osni Rosa Mattos e Luiz Humberto Agle.

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo da Defesa reduzindo a pena imposta ao recorrente, por maioria, a oito meses de prisão, mantendo a unanimidade, o "sursis" e o direito de recorrer em liberdade. (Sessão de 15.02.90).

EMENTA: Crime de perigo comum com resultado pessoal danoso. Arts. 281 e 210 do CPM. Prática delito de perigo comum, causar o agente na direção de veículo motorizado, sob a administração militar ainda que sem culpa, acidente de trânsito, e, em seguida, afastar-se do local, sem prestar socorro à vítima que dele necessita. Aplica-se, além da pena prevista para o crime de omissão de socorro, a cominada no art. 210 do CPM, em virtude das lesões corporais sofridas pelo acidentado. Decisão majoritária. Competência da Justiça Militar para apreciar e julgar os eventos, tendo em vista estar o agente de serviço de motorista de dia e na direção de veículo sob a administração militar. Decisão unânime no caso da competência.

45.805-0 - PA - Rel. Min. Alte. Esq. Luiz Leal Ferreira. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: O Ministério Público Militar junto à Auditoria da 8ª CJM. Apda.: A Decisão do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 8ª CJM, de 13 de julho de 1989, que de terminou a cessação da Medida de Segurança imposta ao Cabo da Marinha EDSON RODRIGUES PEREIRA. Adv. Dr. Roberto Bezerra (Curador).

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal acolheu a preliminar de nulidade de da decisão recorrida, argüida pelo MPM, e determinou a renovação do exame de cessação de periculosidade. (Sessão de 08.03.90).

EMENTA: MEDIDA DE SEGURANÇA. CESSAÇÃO DA PERICULOSIDADE. RECURSO CABÍVEL DA DECISÃO QUE A RECONHECE. NULIDADE. A enumeração TAXATIVA do art. 516, do CPPM, ao prever as hipóteses de cabimento do Recurso stricto sensu, ao contrário da Legislação Penal Comum (art. 582, do CPP), não contemplou a Decisão que faz cessar a Medida de Segurança. Tratando o citado dispositivo da Lei Processual Penal Militar de numeros clausus, impossível a interpretação a nalguma extensiva, cabendo, assim, a apelação daquela Decisão (art. 526, alínea "b" do CPPM). Competência do Juiz Singular para apreciar o incidente de execução relativo à Medida de Segurança. Nulidade da Decisão recorrida já que calcada em "Relatório Médico" que não cumpriu os requisitos legais encomendados no art. 671, do citado Diploma Processual. Acolhida a preliminar de nulidade argüida pelo MPM. Unânime.

45.813-3 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Everaldo de Oliveira Reis. Rev. Min. Dr. Aldo Fagundes. Apte.: JUAREZ DE MELO DOS SANTOS, MN, condenado a 4 meses de prisão, incurso, por desclassificação, no art. 187, c/c o art. 189, inciso I, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 26.07.89. Adv. Drs. Eliane Ottoni de Luna Freire e Tania Sardinha Nascimento.

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal manteve a sentença "a quo". (Sessão de 06.03.90).

EMENTA: DESERÇÃO: Delito formal plenamente configurado nestes autos. Estado de necessidade alegado, porém, não comprovado. Aplicação da Súmula nº 03 desta E. Corte. No mérito, alegações da Defesa que se mostraram incapazes de ilidir a acusação. Pena aplicada com benevolência, mas, diante da ausência de recurso ministerial, deve ser mantida. Decisão unânime.

45.833-8 - DF - Rel. Min. Alte. Esq. Luiz Leal Ferreira. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: GERSON JAIME MOREIRA, Soldado do Exército, condenado à pena de seis (06) meses de prisão como incurso no art. 187 c/c o art. 72, incisos II e III, alíneas "a" e "d", tudo do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho de Justiça do Batalhão de Polícia do Exército, de 17 de agosto de 1989. Adv. Dr. Elizabeth Diniz Martins Souto.

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal manteve a sentença "a quo". (Sessão de 13.03.90).

EMENTA: CRIME DE DESERÇÃO. I - Improcedentes as aventadas irregularidades quanto as diligências para a localização do desertor, rejeita-se a preliminar de nulidade, unanimemente. II - Ausentes ou trossim, sequer, indícios do alegado estado de necessidade. III - Pena definitiva atende aos parâmetros estabelecidos nos precedentes desta Corte. IV - Improvida, no mérito, a súplica recursal interposta pela Defesa. Decisão unânime.

45.837-0 - MS - Rel. Min. Gen. Ex. Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: RONALDO ADÃO DE SOUZA, 1º Sargento do Exército, condenado a 06 meses de detenção, incurso no artigo nº 187 do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho de Justiça do Comando Militar do Oeste - 9ª RM/DE, de 04 de setembro 1989. Adv. Dr. Jorge Antônio Siufi.

DECISÃO: A unanimidade, o Tribunal declarou a nulidade do processo a partir do julgamento, inclusive, sem renovação. (Sessão de 06.03.90).

EMENTA: (CRIME DE DESERÇÃO) - I - Delito formal, instantâneo e de mera conduta que resulta tipificado em todos os seus contornos. II - Omissão de formalidade essencial, suscitada em preliminar pela Procuradoria-Geral da Justiça Militar, que enseja a nulidade do processo, sem renovação. III - A unanimidade, acolhida a preliminar da douta Procuradoria-Geral da Justiça Militar, declarando o processo nulo a partir do julgamento, sem renovação, por infringência ao Art. 457, § 8º, c/c o Art. 500, inciso IV, tudo do CPPM.

45.850-6 - SP - Rel. Min. Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Rev. Min. Alte. Esq. Roberto Andersen Cavalcanti. Aptes.: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 2ª Auditoria da 2ª CJM e os Sds. Ex. MOI-

SÉS BRÁS DE OLIVEIRA, condenado a 03 anos de prisão, incurso nos arts. 240 e 311, do Código Penal Militar, com o direito de apelar em liberdade, e MARCELO FERNANDES GUIMARÃES, condenado a 01 ano de prisão, incurso no art. 240 do citado diploma legal, com o benefício do "sursis" pelo prazo de 02 anos. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da 2ª CJM, de 22.08.89. Adv. Drs. Paulo Rui de Godoy e Ângela Maria Amaral da Silva. **DECISÃO:** À unanimidade, o Tribunal deu provimento parcial aos apelos do MPM para condenar Marcelo Fernandes Guimarães a um ano e seis meses de prisão, como incurso no art. 240, do CPM mantendo o sursis e da Defesa, absolvendo Moisés Brás de Oliveira da prática do crime previsto no art. 311 do CPM, com base no art. 439, letra "a", do CPPM, mantendo, porém, a sua condenação quanto ao crime de furto capitulado no art. 240 do CPM, ou seja, um ano de prisão, concedendo-lhe o "sursis" pelo prazo de dois anos. (Sessão de 15.02.90).

EMENTA: FURTO. ESTELIONATO. FALSIDADE. Crime de furto comprovado. Impossibilidade do reconhecimento do furto privilegiado. Crime de estelionato que foge à competência da Justiça castrense. Não comprovada a materialidade no crime de falsidade, impossível uma decisão condenatória.

45.852-2 - RJ - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar Jorge José de Carvalho. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: RAIMUNDO NONATO PAIVA, Marinheiro, condenado a três meses de prisão, incurso no art. 190, § 1º, do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 08/08/89. Adv. Dr.ª Tânia Sardinha Nascimento. **DECISÃO:** À unanimidade, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo da Defesa, reduzindo a pena imposta ao apelante a dois meses de prisão. (Sessão de 06.03.90).

EMENTA: DESERÇÃO ESPECIAL - Marinheiro que deixou de se apresentar a bordo de sua Unidade por ocasião da partida do navio. Apelante menor, primário, de bom comportamento, que se apresentou voluntariamente três dias após a consumação do crime. Incidência do art. 190, § 1º, do CPM. Por unanimidade, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo da Defesa para reduzir a pena imposta em primeiro grau.

45.854-0 - RS - Rel. Min. Gen. Ex. Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: IVO DUARTE TEIXEIRA, Soldado do Exército, condenado a 03 meses de impedimento, incurso no artigo 183 do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho de Justiça do 4º Regimento de Cavalaria Blindado, de 31/08/89. Adv. Dr. Ailton Fernandes Rodrigues.

DECISÃO: À unanimidade, o Tribunal manteve a sentença "a quo" (Sessão de 13.03.90).

EMENTA: (CRIME DE INSUBMISSÃO) - I - Delito instantâneo, formal e de mera conduta que resulta provado em todos seus contornos. II - Razões recursais defensivas que não se acolhem por indemonstradas. III - À unanimidade improvido o recurso defensivo, mantido íntegro o decisum recorrido.

45.875-1 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Haroldo Erichsen da Fonseca. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Apte.: Antônio Cláudio Lopes de Oliveira, Sd. Ex., condenado a 08 meses de detenção, incurso no art. 210, § 1º do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de 14.09.89. Adv. Dr. Fuad Zacharias.

DECISÃO: À unanimidade, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo da Defesa reduzindo a pena imposta ao recorrente a dois meses e doze dias de prisão. (Sessão de 21.02.90).

EMENTA: LESÃO CORPORAL CULPOSA. 1. A culpa stricto sensu restou cabalmente demonstrada, pelo que merece ser mantida a condenação. 2. Reprimenda exacerbada em seu quantum, ante a ausência de expressa justificativa no decreto condenatório ao arrepio da remansosa jurisprudência de nossos Tribunais. 3. Apelo parcialmente provido. Decisão unânime.

45.876-1 - BA - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar Jorge José de Carvalho. Rev. Min. Dr. Antonio Carlos de Seixas Telles. Apte.: O Ministério Público Militar junto à Auditoria da 6ª CJM e MARCOS AURÉLIO FAGUNDES DE SOUZA, Cabo de Marinha, condenado a três meses e quinze dias de prisão, incurso no art. 187 c/c o art. 189, inciso I, ambos do CPM, com o direito de apelar em liberdade. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 6ª CJM, de 21/09/89. Adv. Dr. Adhemar Marcondes de Moura.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo do MPM, aumentando a pena "a quo" para quatro meses de prisão e, à unanimidade, manteve o direito do suplicante recorrer em liberdade. (Sessão de 06.03.90).

EMENTA: DESERÇÃO - Delito formal plenamente configurado in casu. Apelante maior, e graduado, com condenação pela instância primeira ligeiramente inferior ao que seria tecnicamente perfeito. Apelos de ambas as partes. O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao apelo da Defesa e, por maioria, deu provimento parcial ao recurso do MPM, para aumentar a pena a quo, bem como, ainda por unanimidade, concedeu ao Suplicante o direito de embargar em liberdade ex vi do art. 549 do CPPM.

45.881-6 - BA - Rel. Min. Dr. Ruy de Lima Pessoa. Rev. Min. Ten. Brig. do Ar Jorge José de Carvalho. Apte.: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 6ª CJM. Apda.: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 6ª CJM, de 19.9.89, que concedeu ao civil UBALDO JOSÉ DE CARVALHO, o perdão judicial, declarando, conseqüentemente, extinta a punibilidade. Adv. Dr. Paulo Vilares Landulfo.

DECISÃO: À unanimidade, o Tribunal manteve a sentença "a quo" (Sessão de 22.02.90).

EMENTA: Desvio. Art. 307 c/c art. 80, do CPM. Sentença que resolve conceder Perdão Judicial por analogia. Inaplicabilidade. Na impossibilidade de corrigi-la por ausência óbvia da Defesa, nega-se provimento ao apelo do MPM que perseguia a condenação para manter-se o decisum a quo. Nos autos existiam elementos para a absolvi-

ção do agente seguindo orientação jurisprudencial da Corte. "Nao pratica crime de concussão, o funcionário que recebe retribuições por serviços estranhos às suas funções". Precedentes: Apelação nº 28.351-PE - Rec. Criminal nº 3.728. Apelação nº 43.235-PA - de 12.05.82. Decisão unânime.

45.895-8 - PR - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar Jorge José de Carvalho. Rev. Min. Dr. Antonio Carlos de Seixas Telles. Apte.: ALMIR EVANDRO ROCHA DA SILVA, Soldado do Exército, condenado a seis meses de prisão, incurso no art. 187 c/c o art. 189, inciso I, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho de Justiça do 34º Batalhão de Infantaria Motorizado, de 17/10/89. Adv. Dr. Edgar Leite dos Santos.

DECISÃO: À unanimidade, o Tribunal manteve a decisão "a quo". (Sessão de 16.03.90).

EMENTA: - DESERÇÃO - Oito Preliminares levantadas pela defesa que se esboçam ante a ótica jurídica. Inteligência do art. 499 do CPPM. Delito formal plenamente configurado in casu. Apelante menor, primário, de bons antecedentes. Incidência da atenuante especial prevista na parte final do inciso I do art. 189 do CPM e da agravante especial contida no inciso II do mesmo dispositivo legal. Por unanimidade, o Tribunal rejeitou as Preliminares e, no mérito, negou provimento ao apelo da defesa para manter o quantum final da decisão de primeiro grau.

45.906-7 - RJ - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar Jorge José de Carvalho. Rev. Min. Dr. Ruy de Lima Pessoa. Apte.: CLÁUDIO ALEXANDRE PEREIRA, Soldado do Exército, condenado a doze meses de prisão, como incurso no art. 187 do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho de Justiça do 2º Regimento de Cavalaria de Guardas, de 24/10/89. Adv. Dr. Clarice Nascimento Costa.

DECISÃO: À unanimidade, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo da Defesa, reduzindo a pena imposta ao recorrente a seis meses de prisão. (Sessão de 22.02.90).

EMENTA: DESERÇÃO - Delito formal, plenamente caracterizado in casu. Apelante menor, primário, de bom comportamento, o que conduz, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, a fixação da pena base no mínimo legal. Apenação a quo exacerbada. Por unanimidade, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo da defesa para reduzir a pena imposta em primeiro grau.

45.941-5 - PA - Rel. Min. Alte. Esq. Roberto Andersen Cavalcanti. Rev. Min. Dr. Antonio Carlos de Seixas Telles. Apte.: SANDRO NOLETO BORGES, Sd. Ex., condenado a 11 meses e 07 dias de prisão, incurso no art. 187 c/c os arts. 70, inciso II, alínea "a" e 73, tu do do CPM. Apda.: A Sentença do Conselho de Justiça do 52º Batalhão de Infantaria de Selva, de 31.10.89. Adv. Dr. José Roberto P. Maia Bezerra Júnior.

DECISÃO: À unanimidade, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo da Defesa, reduzindo a pena imposta ao apelante a seis meses de prisão. (Sessão de 13.03.90).

EMENTA: DESERÇÃO. Delito plenamente comprovado nos autos. Preliminar de nulidade suscitada sob o argumento de falta de jurisdição do Conselho de Justiça da Unidade, por contrariar o disposto nos artigos 5º, inciso LIII e 122 e 124 da Constituição Federal, improcedente. A organização o funcionamento e a competência da Justiça Militar permanecem regidos pelo Dec. Lei nº 1003 de 21 de outubro de 1969 até que venha a ser derogado por nova lei a ser promulgada em cumprimento ao disposto no art. 124, parágrafo único, da Carta Magna. Dosimetria da pena em desacordo com a jurisprudência desta Eg. Corte. Pena-base fixada acima do mínimo legal sem a devida fundamentação. Agravante prevista no art. 70, inciso II, alínea "a", do CPM, inaplicável a espécie. Rejeitada a preliminar e, no mérito, provido parcialmente o apelo para redução da pena imposta, modificando-se a fundamentação da Sentença. Decisão unânime.

CORREIÇÃO PARCIAL

1.369-8 - RJ - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar George Belham da Motta. Relator p/acórdão: Min. Gen. Ex. Haroldo Erichsen da Fonseca. Recte.: O Exmº Sr. Juiz-Auditor Corregedor da Justiça Militar.: Recto.: O Despacho do Exmº Sr. Juiz-Auditor da 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de 06.11.89, que declarou a prescrição da Ação Penal e da punibilidade do civil PAULO CÉSAR BRAGA, nos autos do IPM nº 35/89.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal deferiu parcialmente a representação, cassando o despacho que decretou a redução da punibilidade, remetendo-se os autos à Justiça Comum, por incompetência da Justiça Militar. (Sessão de 21.02.90).

EMENTA: CORREIÇÃO PARCIAL. Inocorre crime de natureza militar quando a arma objeto da receptação, embora de uso privativo das Forças Armadas, não é de comprovada propriedade destas. Ausência de justa causa para a propositura da Ação Penal pelo Parquet Militar. Representação deferida parcialmente em Decisão majoritária.

HABEAS CORPUS

32.612-0 - RJ - Rel. Min. Alte. Esq. Roberto Andersen Cavalcanti. Pacte.: FRANCISCO MAMEDE DE BRITO FILHO, 1º Ten. Ex., denunciado perante a 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede a concessão da ordem para que seja trancada a ação penal, por falta de justa causa. Impte.: Dr. Remo Lainetti.

DECISÃO: À unanimidade, o Tribunal denegou a ordem por falta de amparo legal. (Sessão de 13.02.90).

EMENTA: HABEAS CORPUS. Alegação de constrangimento ilegal por falta de justa causa e inépcia da denúncia. Pedido de trancamento da ação penal. Os fatos narrados na denúncia configuram crime em tese, bem como o curso da conduta delitiva correspondente ao tipo criminal. Denegado por falta de amparo legal. Decisão "ad referendum" do Tribunal, homologada por unanimidade.

32.614-6 - MG - Rel. Min. Dr. Antonio Carlos de Nogueira. Relator p/acórdão: Min. Ten. Brig. do Ar Jorge José de Carvalho. Pacte.: Ml

ton Leite Bandeira, civil, denunciado perante a Auditoria da 4ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal caracterizado por abuso de poder, por parte do mencionado Juízo, pede, liminarmente, a concessão da ordem para que seja suspensa a audiência de interrogatório marcada para o dia 16 de janeiro de 1990, ao final, determine o trancamento da Ação Penal. Impete.: Dra. Célia Maria da Silva Fassheber.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal denegou a Ordem por falta de amparo legal. (Sessão de 08.02.90).

EMENTA: Habeas Corpus. Civil alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte de Juízo militar, pede, liminarmente, a concessão da ordem para que seja suspensa a audiência de interrogatório e, ao final, determine o trancamento da ação penal. Descabimento do pedido. Por maioria, o Tribunal homologou a decisão do Exmo. Sr. Ministro Vice-Presidente desta Corte, que conheceu do pedido e denegou a Ordem por falta de amparo legal.

32.615-4 - MG - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar George Belham da Motta. Pactes.: PAULO CÉSAR XAVIER VENUTO e CARLOS ALFREDO XAVIER DE AZEVEDO, civis, denunciados perante a Auditoria da 4ª CJM, alegando estarem sofrendo constrangimento ilegal, caracterizado por abuso de poder, por parte do mencionado Juízo, pedem, liminarmente, a concessão da ordem para que seja suspensa a audiência de interrogatório, marcada para o dia 16 de janeiro, e, ao final, determine o trancamento da Ação Penal. Impete.: Drª Célia Maria da Silva Fassheber.

DECISÃO: À unanimidade, o Tribunal denegou a ordem por falta de amparo legal. (Sessão de 08.02.90).

EMENTA: HABEAS CORPUS - Trancamento da ação penal com pedido de liminar para suspender a audiência de qualificação e interrogatório. Impetração durante as férias do STM, sendo indeferida a medida liminar requerida. Denúncia elaborada com os elementos necessários ao atendimento das disposições processuais pertinentes, demonstrando justa causa para a ação penal. Jurisprudência aplicável à espécie. Decisão "ad referendum" do Plenário. Homologado o Despacho do Ministro Vice-Presidente, no exercício da Presidência que, conhecendo do pedido, denegou a ordem por falta de amparo legal. Decisão unânime.

32.619-7 - AP-Rel. Min. Ten. Brig. do Ar Jorge José de Carvalho. Pactes.: NIVALDO COSTA DA CONCEIÇÃO, PAULO ROBERTO LACERDA GRAMIN, SÉRGIO DALMÁCIA VIEGAS, RAIMUNDO NONATO CARVALHO LARANJEIRAS e CELSO ANTONIO RODRIGUES REZENDE, Civis, indiciados em IPM instaurados na Capitania dos Portos do Pará e Amapá, por ordem do Capitão-de-Mar-e-Guerra EDSON PINHO SOBRINHO, alegando estarem sofrendo constrangimento ilegal por parte da mencionada autoridade, pedem, liminarmente, a concessão da ordem para que seja sustada a indicação dos Pacientes, marcada para o próximo dia 23 de janeiro, concedendo-lhes o competente Salvo-Conduto. E, considerada a incompetência da autoridade coatora para instauração do procedimento indiciário seja determinado o trancamento do IPM. Caso não ocorra o trancamento requerido, que seja nomeado Advogado-de-Ofício para que preste assistência aos Pacientes. Impetes.: Os Pacientes. Advts. constituídos: Drs. Emanuel M. Pereira e Guaracy da S. FREITAS.

DECISÃO: À unanimidade, o Tribunal denegou a ordem por falta de amparo legal. (Sessão de 20.02.90).

EMENTA: - HABEAS CORPUS - O Habeas Corpus não é medida adequada para o trancamento do IPM. Existem, in casu, indícios de crime em tese, devendo prosseguir, portanto, a fase investigatória policial militar. O IPM não é processo, não tem contraditório não nomeia o Judiciário defensor dativo. Os pacientes não estão sofrendo constrangimento ilegal por abuso de poder. Por unanimidade, o Tribunal conheceu e negou a Ordem por falta de amparo legal.

32.620-0 - DF - Rel. Min. Alte. Esq. Luiz Leal Ferreira. Pacte.: PAULO HENRIQUE VIANA, civil, preso, à disposição da Auditoria da 11ª CJM, alegando ter sido citado irregularmente no processo em que foi condenado, pede, liminarmente, a concessão da Ordem para que seja posto em liberdade e, ao final, declarada a nulidade dos autos a partir da citação. Impete.: Dr. Amauri Serralvo.

DECISÃO: À unanimidade, o Tribunal denegou a Ordem por falta de amparo legal. (Sessão de 06.03.90).

EMENTA: CITAÇÃO. REGULARIDADE. "HABEAS CORPUS" para anular a condenação e todo o processo, por vício de citação inicial. Alegações de que o Oficial de Justiça não exauriu todos os meios efetivos para a citação pessoal e inobservância de formalidades essenciais na citação por edital, não demonstradas. Certificado pelo meirinho, na forma da lei, a impossibilidade de citação pessoal. Citação Editalícia procedida com os requisitos legais (Art. 277, V, "c", e seu parágrafo único, c/c o art. 286, §§ 1º e 2º, tudo do CPPM). Erro material constatada na impressão do Diário de Justiça, de 23 de outubro de 1987, a partir de suas fls. 232/277. Denegada a ordem por falta de amparo legal. UNÂNIME.

32.622-7 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Everaldo de Oliveira Reis. Pacte.: EDNELSON ALVES DA SILVA, conscrito, pede a concessão da ordem para que seja anulado o Termo de Insubmissão. Impete.: Ten. Cel. Ex. PEDRO BECHARA COUTO - Diretor do Campo de Instrução de Gericinó.

DECISÃO: À unanimidade, o Tribunal concedeu a Ordem. (Sessão de 21.02.90).

EMENTA: ANULAÇÃO DE TERMO DE INSUBMISSÃO - Termo de Insubmissão lavrado em consequência de erro da Administração, que restou plenamente provado nos autos, gerando constrangimento ilegal, sanável pela concessão do Writ. Ordem concedida. Decisão unânime.

32.623-5 - BA - Rel. Min. Alte. Esq. Roberto Andersen Cavalcanti. Pacte.: EUÉLIO DE OLIVEIRA RIOS, 3º Sgt. FN, preso cumprindo pena imposta pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 6ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede a concessão da ordem para que seja ex-

pedido em seu favor, o competente Alvará de Soltura. Impetes.: Drs. José Wilson Nunez e Nilton Silva.

DECISÃO: À unanimidade, o Tribunal denegou a Ordem por falta de amparo legal. (Sessão de 13.03.90).

EMENTA: HABEAS CORPUS. Comprovado estar o Paciente classificado no mau comportamento, não constitui constrangimento ilegal a negação do direito de apelar em liberdade. Denegada a Ordem. Decisão unânime.

RECURSO CRIMINAL

5.887-2 - PA - Rel. Min. Alte. Esq. Roberto Andersen Cavalcanti. Recte.: O Exmº Sr. Juiz-Auditor da Auditoria da 8ª CJM, de Ofício. Recda.: A Decisão do Exmº Sr. Juiz-Auditor da Auditoria da 8ª CJM, de 28/07/89, que concedeu reabilitação ao Sub. Ten. Ex. KYELCE BRANDÃO COSTA. Adv. Dr. Araken Wanderley de Freitas Lima. **DECISÃO:** À unanimidade, o Tribunal, manteve a decisão "a quo". (Sessão de 08.02.90).

EMENTA: REABILITAÇÃO. Indeferido o primeiro pedido com a ressalva do art. 657, in fine, do CPPM, além de declarado nulo o processo ab initio, cabe novo pedido que, preenchidos os requisitos necessários, deve ser atendido. Recurso de ofício, interposto pela autoridade judiciária concedente, com fulcro no artigo 654 do CPPM. Provimento negado ao recurso. Decisão unânime.

5.893-7 - DF - Rel. Min. Alte. Esq. Luiz Leal Ferreira. Recte.: O Ministério Público Militar junto à Auditoria da 11ª CJM. Recda.: A Decisão do Exmº Sr. Dr. Juiz-Auditor da Auditoria da 11ª CJM, de 19 de outubro de 1989, que declarou extinta a punibilidade do Soldado do Exército PETRÔNIO DE ALBUQUERQUE LINS, pela prescrição da pretensão punitiva. Adv. Dr. Adhemar Marcondes de Moura. **DECISÃO:** À unanimidade, o Tribunal negou provimento ao recurso. (Sessão de 20.02.90).

EMENTA: RECURSO CRIMINAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DA PRETENSÃO PUNITIVA. COMPETÊNCIA PARA DECLARAR-LA. Matéria de ordem pública passível de declaração em qualquer fase do processo. Verificado o trânsito em julgado para o Ministério Público Militar e pendente a Sentença condenatória de possível apelo do Acusado revel, inexistente óbice legal para que a Instância a quo declare a extinção da punibilidade pela prescrição intercorrente da pretensão punitiva, atendidos os pressupostos legais. Decisão unânime.

5.895-3 - RS - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar Jorge José de Carvalho. Recte.: O Ministério Público Militar junto à 2ª Auditoria da 3ª CJM. Recda.: O Despacho do Exmo. Sr. Juiz-Auditor da 2ª Auditoria, da 3ª CJM, de 05/10/89, que, declarando a incompetência da Justiça Militar para processar e julgar o civil GILNEI XAVIER AL TAMOR, como incurso nos artigos 223 e 301, c/c o art. 79, do CPM, rejeitou a denúncia, determinando a remessa dos autos à Justiça Comum.

DECISÃO: À unanimidade, o Tribunal deu provimento ao recurso para receber a denúncia, determinando o prosseguimento do feito. (Sessão de 12.12.89).

EMENTA: RECURSO CRIMINAL - Recurso do MPM contra Despacho de Juiz-Auditor que rejeitou a denúncia, declarando a incompetência da Justiça Militar para processar e julgar o feito. Os autos dão notícia da ocorrência, em tese, de crime militar, a teor do dito do pelo art. 9º, inciso III, letra "d", do CPM. A denúncia descreve, em tese, crime militar, e assim a possível ação delituosa deve ser examinada pela Justiça Castrense. Competência da Justiça Militar para apreciar o feito. O Tribunal, por unanimidade, deu provimento ao recurso para cassar o R. Despacho do Juiz-Auditor, firmando a competência da Justiça Castrense, e aceitando a denúncia oferecida pelo órgão ministerial.

5.901-1 - BA - Rel. Min. Dr. Aldo Fagundes. Relator p/acórdão: Min. Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Recte.: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 6ª CJM. Recda.: A Decisão do Exmº Sr. Juiz-Auditor da Auditoria da 6ª CJM, de 6.10.89, que relaxou a prisão em flagrante do civil MARCO VALÉRIO DOS SANTOS PINHO. Advts. Drs. Luiz Humberto Agle e José Batista Santana.

DECISÃO: Por maioria, o Tribunal conheceu do pedido como Correição Parcial, deferindo-a. (Sessão de 01.02.90).

EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CORREIÇÃO PARCIAL. Matéria que não se encontra enunciada nas alíneas do art. 516, do Código de Processo Penal Militar não pode ser objeto de recurso em sentido estrito. A enumeração do artigo 516, não é exemplificativa mas sim taxativa. Em matéria recursal a interpretação deverá ser restritiva, constituindo-se em exceção à regra geral - que é a exceção extensiva quanto ao processo penal. Pleito que se conhece como Correição Parcial. O disposto no inciso LXI, do artigo 5º da Constituição Federal não derogou a letra b, do artigo 270, do Código de Processo Penal Militar.

5.906-2 - RJ - Rel. Min. Alte. Esq. Luiz Leal Ferreira. Recte.: O Exmº Sr. Juiz-Auditor da 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM. Recda.: A Decisão do Exmº Sr. Juiz-Auditor da 1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de 18 de dezembro de 1989, que concedeu reabilitação ao Subtenente do Exército ARMINDO KUHN.

DECISÃO: À unanimidade, o Tribunal, preliminarmente, declarou a nulidade do processo "ab initio", com renovação. (Sessão de 22.02.90).

EMENTA: REABILITAÇÃO. Inexistência de capacidade postulatória. Nulidade argüida pela Procuradoria-Geral da Justiça Militar, com respaldo em precedentes desta Corte (Rec.Crim.nºs 5.728-0-RJ e 5.735-3-RJ, respectivamente, de 19/08 e 23/09, todos de 1986). O Reabilitando sem capacidade postulatória há de estar em juízo por meio de advogado constituído ou de Defensor Dativo (art. 47, inciso I, letra "h" da Lei de Organização Judiciária Militar). Anula-se o processo "ab initio", por falta de representação do Reabilitando. Decisão unânime.

5.909-7 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Haroldo Erichsen da Fonseca. Recte.: O Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria do Exér

cito da 1ª CJM, de ofício. Recdo.: A Decisão do Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de 28.11.89, que determinou a separação do Processo nº 02/88-5, em relação aos ex-Sds. Ex. ARNALDO SOUZA SANTOS PINHEIRO e PAULO JOSÉ DA SILVA. Adv's Dr's Eleonora Salles de Campos Borges e Clarice do Nascimento Costa.

DECISÃO: À unanimidade, o Tribunal manteve a decisão "a quo" (Sessão de 08.03.90).

EMENTA: RECURSO CRIMINAL. 1. Impossibilidade de decretação da extinção da punibilidade por morte do Réu, ante a inexistência do competente Atestado de Óbito. Inteligência do art. 81, Parágrafo único do CPPM. 2. Impõe-se a separação de processos para não prejudicar o andamento do feito com relação aos demais Acusados. Recurso interposto ex officio improvido. Decisão unânime.

Brasília, 18 de abril de 1990. DENISE GALARDO AMORIM DUTRA, Super visora II; JAIME TEIXEIRA LEITE, Supervisor III; CARLOS ISRAEL SILVA, Diretor da DIJUR.

Secretaria do Tribunal Pleno

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 046 - PROCESSOS POSTOS EM MESA:

- APELAÇÃO Nº 45.927-0 - Relator Ministro Haroldo Erichsen da Fonseca. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Advª Drª Zeni Alves Arndt.
- APELAÇÃO Nº 45.959-8 - Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Antônio Carlos de Nogueira. Adv's Drs Tania Sardinha Nascimento, Carlos Henrique Reiniger e Eliane Ottoni de L. Freire.
- APELAÇÃO Nº 45.981-4 - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Advª Drª Elizabeth Diniz Martins Souto.
- APELAÇÃO Nº 45.973-3 - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Antônio Carlos de Nogueira. Advª Drª Clarice do Nascimento Costa.
- APELAÇÃO Nº 45.947-4 - Relator Ministro Haroldo Erichsen da Fonseca. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Adv's Dr's Ana Maria David Cortez e Mariza Pereira do Couto.
- APELAÇÃO Nº 45.937-0 - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Antônio Carlos de Nogueira. Adv's Dr's Teresa da Silva Moreira, Adelcy Maria Rocha Simões Corrêa e Carmem Lúcia A. de Moraes.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Distrito Federal

PORTARIAS DE 19 DE ABRIL DE 1990

○ PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 754, de 10 de novembro de 1987, do Senhor Procurador Geral da República, resolve,

Nº 18 - Designar o Dr. JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO, Procurador da República de 2ª categoria, para acompanhar a Inspeção Ordinária dos serviços da Secretaria da 3ª Vara Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com início às 8:00 horas do dia 14 de maio de 1990.

Nº 19 - Designar a Dra. MARIA ISABEL PEREIRA D. GALLOTTI, Procuradora da República de 2ª categoria, para acompanhar a Inspeção Ordinária dos serviços da Secretaria da 4ª Vara Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com início às 8:00 horas do dia 14 de maio de 1990.

I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES
Procurador-Chefe da Procuradoria
da República no Distrito Federal

COMPLETE SUA COLEÇÃO

- Coleção das Leis da República Federativa do Brasil 1950 a 1988
- Ementário de Jurisprudência do TFR 1979 a 1987
- Jurisprudência Trabalhista do TST 1981 a 1987
- Revista do Tribunal Federal de Recursos 1974 a 1988
- Revista Trimestral de Jurisprudência do STF 1957 a 1988

Ministério Público do Trabalho

Procuradoria Regional do Trabalho

2ª Região

RELAÇÃO PROCESSUAL - relação dos processos remetidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região com pareceres.
Guia de remessa nº 073/90 com processos

AGRAVO DE PETIÇÃO

Proc.-02890224605

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900007121

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900007130

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900007180

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900007326

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900007466

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900007490

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900007598

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900007610

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900007628

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900008411

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900008527

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900008691

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900008713

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900016961

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900052437

Agravante

Parecer 55/90

Columbia Vig. e Seg. Patrimonial Ltda.

Shiger Sasahara

Valdir de Lima

Jose Oscar Borges

Parecer 142/90

Juarez Pereira da Silva

Wilson de Oliveira

Cetenco Engenharia S/A.

Semi Anis Smaira

Parecer 143/90

TEcnomont Projetos Montagens Inds. S/A.

Antonio Carlos Centeville

Jose Tavares Ferreira

Jose Giacomini

Parecer 144/90

Wania da Silva Oliveira

Charles Frederico de Almeida Pereira

Copinbras Publicidade Ltda S/C

Lais Helena Berlinck

Parecer 145/90

Maria Alice Gonçalves dos Santos

Antonio Angeles

Clube Recreativo Bom Retiro

Jacob Timoner

Parecer 146/90

Jorge Raimundo dos Santos

Maria Joaquina Siqueira

Jose Alberto Zager

Jose Alberto Zager

Parecer 147/90

Peralta Comercial e Importadora Ltda.

Renato Mehanna Khamis

Wilson Santos Correa

Carlos Simões Louro Junior

Parecer 148/90

Anay Pereira da Silva

Gilberto Sant'anna

Comind Participações S/A.

Maria Vilma Alves da Silva Hirata

Parecer 149/90

Marta Flor da Silva

Maria Joaquina Siqueira

Renato Bruno de Oliveira

Venancio Martins Evangelista

Parecer 150/90

Domingos Alonso Rodrigues

Jacinto Miranda

Alfredo Marques Vicente da Costa

Claudio Antonio Guimaraes

Parecer 151/90

Jose Felício do Nascimento

Maria Lucia Cintra

Henisa Hidroelétrica Empr:Nac. Inst. Ltda.

Francisco Alberto Motta Peixoto Giordani

Parecer 152/90

Luís Carlos Adurens

Walter Cotrofe

Adalberto Tavares

Luiz Carlos Lopes

Parecer 153/90 (II VOLUMES)

Empresa Auto Ônibus Mogi das Cruzes S/A.

Benedito Luiz Carnaz Piazza

João Franco da Silva

Sandra Maria Boldini

Parecer 154/90 (III VOLUMES)

Toro Industria e Comercio Ltda.

Carlos Alberto Bicchí

Berisino Montelo

Arnaldo Vieira dos Santos

Parecer 37/90 (II VOLUMES)

Prefeitura Municipal de Caieiras.

Edson Martins

Elisabeth da Luz Dartora

Rubens Gonçalves Franco

Parecer 115/90

Banco Auxiliar S/A.

Eliana Covizzi

Jefferson Badio D'Almeida

Marcus Tomaz de Aquino

Parecer 79/90

Foto Line Ltda.